

# Revista **a** EVOLUÇÃO



## FÁTIMA GAMA

Profa. Doutoranda em Ciências Sociais

### ENTREVISTA

Profa. Dra. KÁTIA CARNEIRO, da UFRJ.



LANÇAMENTO



Participa de  
**ABEC**  
BRASIL  
Associação Brasileira de Editores de Periódicos



INTERNATIONAL  
STANDARD  
NUMBER  
ISSN



Platform &  
workflow by  
OJS / PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

# Revista **EVOLUÇÃO**

Ano V - nº 51 - Abril de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Editor correspondente (Angola):**

Manuel Francisco Neto

**Coordenaram esta edição:**

Vilma Maria da Silva

Mirella Clerici Loayza

**Colunista:**

Adeilson Batista Lins

**Organização:**

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

## AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva

Alecina do Nascimento Santos

André Luiz Dias Leite

Andressa Talita de Lara

Angelita Aparecida Ferreira Gebin

Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima T. Dias dos Santos Gama

Beatris Maria Mocellin

Daniel Leopoldo Moreira Barbosa

Daniela Proença Verly da Silva

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Josefa Bezerra de Meneses

Letícia Zuza de Lima Cabral

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida Armandilha Nunes

Maria de Fátima Costa Rocha

Marilena Wackler

Sidnéa dos Santos Quintino Amorim

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Soraia Mitauy Freitas

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 51 (abr. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 196 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.51

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

**A**

São Paulo | 2024

#### Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

#### Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

#### Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima  
Andreia Fernandes de Souza  
Antônio Raimundo Pereira Medrado  
Isac Chateaneuf  
José Wilton dos Santos  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

#### Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins  
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt  
Profa. Esp. Ana Paula de Lima  
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza  
Profa. Dra. Denise Mak  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza  
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo

#### Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

#### Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

#### Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado  
Vilma Maria da Silva  
Lee Anthony Medrado

#### Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703  
Whatsapp: 55(11) 99543-5703  
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)  
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)  
<https://primeiraevolucao.com.br>

#### Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>  
<https://pixabay.com>  
<https://www.pngwing.com>  
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições  
**Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.  
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

#### PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;  
Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

#### PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;  
Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

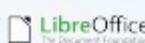
O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



**05 EDITORIAL**

Antônio R. P. Medrado

**07 Ciência, Tecnologia & Sociedade**

Adeilson Batista Lins

**11 HOMENAGEM****FÁTIMA GAMA****ARTIGOS**

- |   |     |
|---|-----|
| 1. LINGUAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO<br>ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA   |     |
| 2. A INTERAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE<br>ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS                      |     |
| 3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO<br>ANDRÉ LUIZ DIAS LEITE   |     |
| 4. EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO DESAFIO<br>ANDRESSA TALITA DE LARA  | 35  |
| 5. RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM<br>ANGELITA APARECIDA FERREIRA GEBIN               | 43  |
| 6. OS DESAFIOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA EM LUANDA<br>ANTÔNIO DOS SANTOS JOÃO MIGUEL / FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTO GAMA                      | 51  |
| 7. EMMI PIKLER: UMA VISÃO REVOLUCIONÁRIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR INFANTIL<br>BEATRIS MARIA MOCELLIN                                   | 63  |
| 8. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, A QUALIDADE DO ENSINO E A RELAÇÃO DISCENTE E DOCENTE NA SALA DE AULA<br>DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 69  |
| 9. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO COMO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA<br>DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA   | 77  |
| 10. PRIORIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL<br>DINAH LUISA DA SILVA                                 | 85  |
| 11. NEUROCIÊNCIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A VIDA ESCOLAR<br>ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO  | 93  |
| 12. A NEUROLINGÜÍSTICA E OS TALENTOS DOS EDUCANDOS<br>ESTER DE PAULA OLIVEIRA   | 101 |
| 13. PARQUE INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE GARANTIDA PARA TODOS<br>JOSEFA BEZERRA DE MENESES  | 109 |
| 14. PROPOSTAS MATEMÁTICAS NAS SALAS DE PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO DA RMESP<br>LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL                                  | 117 |
| 15. ABORDAGENS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE EDUCADORES<br>LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS   | 125 |
| 16. DESPERTANDO O INTERESSE DAS CRIANÇAS PELOS CONTOS DE FADAS<br>MARCELA RODRIGUES PIMENTEL  | 131 |
| 17. AS CONTAÇÕES DE HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APRENDIZADO<br>MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES                                    | 137 |
| 18. GESTÃO DIRETRIZES E COMPROMISSOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE<br>MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA  | 143 |
| 19. MÉTODOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS<br>MARILENA WACKLER   | 149 |
| 20. A DIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL<br>SIDNÉA DOS SANTOS QUINTINO AMORIM   | 159 |
| 21. PEDAGOGIA DE PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I<br>SIDNEIA VIANA  | 167 |
| 22. BRINCANDO DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL<br>SILEUSA SOARES DA SILVA   | 173 |
| 23. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS<br>SORAIA MITAUY FREITAS  | 181 |
| 24. A PEDAGOGIA E AS TEORIAS QUE CONTRIBUEM PARA O EDUCAR<br>VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA   | 189 |



# EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO DESAFIO

ANDRESSA TALITA DE LARA<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar a Educação Especial e a Inclusão como um desafio que muitas escolas e educadores estão percorrendo. Até a primeira metade deste século, o panorama educacional foi dominado pelo que poderíamos chamar de um conceito dualista de educação: o ensino regular e a educação especial. Sob esta perspectiva as pessoas eram deficientes por causas exclusivamente orgânicas, produzidas por distúrbios do desenvolvimento, o que dificilmente poderia ser modificado. Neste sentido, a classificação tinha como objetivo definir qual o melhor lugar para cada aluno, no sentido de compor as classes mais homogêneas possível. A classificação e a rotulação dos alunos possibilitavam a formação de classes homogêneas. A capacidade e a possibilidade de êxito dividia os alunos entre os normais e outra categoria, dos deficientes, para a qual foram criadas as classes e escolas especiais. Deste modo, foi se configurando um sistema tangencial de educação, a especial.

**Palavras-chave:** Desafio; Educadores; Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos sessenta, período em que podemos situar as origens do movimento de integração escolar e especialmente nos últimos anos produziu-se, no Brasil, um movimento de enorme força que impulsionou uma profunda modificação na concepção da deficiência e da educação especial.

As escolas regulares passaram a ter a tarefa de educar a todos os alunos, apesar das diferenças, incapacidades e interesses que eles apresentassem. A obrigatoriedade da oferta de educação para todos levou a uma reavaliação da função e organização das escolas que deveriam ser mais abrangentes, ou seja, integradora e não excludentes.

Nessa perspectiva, a primeira contribuição da educação especial, no contexto da educação geral, vem sendo a de impor uma

discussão ética a respeito da escola para todos como uma questão de direitos humanos.

A integração, defendida pela equipe da educação especial, vem produzindo efeitos positivos tanto individuais como sociais.

Essa não tem sido uma tarefa simples, pois envolve lidar com mitos, emoções, motivações, responsabilidades, compromissos, valores e atitudes do sujeito em relação ao outro.

Nas últimas duas décadas, a tendência educacional foi de fomentar a escola de qualidade para todos e lutar contra a exclusão escolar de alunos com necessidades especiais, de forma que todas as crianças possam aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças.

A Declaração de Salamanca, proclamada na Espanha, em sintonia com a Declaração

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

Mundial sobre Educação para Todos, conclama a Universalização do ensino e advoga a educação de qualidade para os alunos que apresentam dificuldades de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, econômicas ou socioculturais.

A partir da Declaração de Salamanca, a palavra inclusão tomou conta do mundo inteiro, Mais uma vez, a educação especial vem provocando a discussão desse assunto, embora inclusão não afete somente essa área. A inclusão exige, sim, a reestruturação do sistema educacional como um todo.

### FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha).

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), em seus pressupostos, afirma que:

— A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se refere no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. A experiência de muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é alcançada de forma mais eficaz em escolas integradoras para todas as crianças de uma comunidade. É nesse ambiente que as crianças com necessidades educativas especiais podem progredir no terreno educativo e no da integração social. As escolas integradoras constituem um meio favorável à construção da igualdade de oportunidades e da completa participação; mas para ter êxito, requerem um esforço comum, não somente dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários.

— As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já comprovados de uma pedagogia equilibrada que

beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos e, consequentemente, para toda a sociedade.

— As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da língua de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdo-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classe ou unidades especiais nas escolas comuns.

Com base nesses dispositivos político-filosóficos e nos dispositivos da legislação brasileira, o *Conselho Nacional de Educação* aprovou a Resolução nº 02/2001 que institui as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial* na Educação básica. Essas Diretrizes incluem os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, e que demanda a utilização de linguagens e códigos aplicáveis. O parágrafo 2º do art. 12 dessa Resolução diz:

“Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema braile e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso”.

No campo pedagógico e linguístico além do campo clínico-terapêutico, numa perspectiva integracionista, o respaldo filosófico, legal e político-educacional é destacado nos seguintes documentos:

#### DOCUMENTOS ORIENTADORES NO ÂMBITO INTERNACIONAL:

- Declaração Universal dos direitos Humanos (1948);*
- Declaração de Jomtien (1990);*
- Declaração de Salamanca (1994), resultante da "Conferência Mundial sobre as necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade" (1994);*
- Convenção da Guatemala (1999);*

#### LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que garante, em seu artigo 208, inciso III, "o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino";*
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);*
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990);*
- Política Nacional de Educação Especial (1994);*
- Plano Decenal de Educação para Todos (1994);*
- Lei de Diretrizes e Bases para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999);*
- Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999);*
- Plano Nacional de Educação (2001);*
- Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (2001);*
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).*

Dessa forma, a integração do aluno surdo no sistema regular de ensino, entendida como um processo resultante da evolução histórica da Educação Especial, calcada nos direitos humanos, constitui uma tendência que vem acentuando nestes últimos anos.

Considerando que a meta atual da educação dos portadores de deficiência auditiva, passou a enfatizar também, o aspecto acadêmico e linguístico, as diretrizes que tem sido traçadas conduzem à seguinte conclusão:

a educação de surdos deve desenvolver-se, preferencialmente, na rede regular de ensino;

o conteúdo programático a ser desenvolvido é o mesmo do ensino regular;

a orientação educacional permite o acesso, pelo aluno, a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa;

a reabilitação é parte do aprendizado de Língua Portuguesa, em sua modalidade oral, própria, principalmente, para o caso de alunos que iniciaram sua educação na faixa etária de zero a seis anos;

a aprendizagem da modalidade oral e principalmente da modalidade escrita do Português constitui tarefa cotidiana dos professores de classe especial, da sala de recurso e de classe comum do ensino regular. (HARRISON, LODI e MOURA,1997, p.39)

Sabe-se que a integração do portador de deficiência auditiva no sistema regular de ensino é um processo individual (para o aluno) e uma reorganização institucional (para a escola).

Em se tratando do aluno, faz-se necessário estabelecer para cada caso, o momento oportuno, para que ele comece a frequentar a classe comum do ensino regular. Sob o aspecto institucional/organizacional é necessário:

Capacitação sistemática e progressiva do corpo docente, administrativo e técnico local como fator essencial;

Participação da comunidade escolar na seleção da escola, de modo que ela se identifique como uma escola integradora/inclusiva;

Sensibilização e conscientização sistemática do corpo discente e de seus familiares, de modo a orientar e preparar a integração/inclusão e a favorecer o exercício da interdependência e da reciprocidade na comunidade escolar;

Instalação de uma sala de recursos, com professor especializado, para propiciar apoio e atendimento ao aluno e demais membros da comunidade escolar;

Provimento de sala de recursos com materiais didático-pedagógicos necessários para o acesso do aluno ao currículo;

Adaptações físicas e outras, necessárias para o acesso do aluno à escola: sinais de trânsito, mobiliários e equipamentos, que devem ser gradativamente providenciados com o apoio da comunidade;

Acompanhamento sistemático do trabalho por coordenadores e técnicos especializados, inclusive, em LIBRAS e intérpretes;

Redução do número de alunos da classe comum.

### **A INCLUSÃO E AS RELAÇÕES COM A FAMÍLIA E A ESCOLA**

A família, primeiro berço educacional do ser humano, possui algumas obrigações convencionalmente estabelecidas no seio das sociedades às quais pertencem. Em nossa sociedade, ocidental, alguns papéis que lhe cabem são claramente demarcados inclusive em documentos legais, como por exemplo o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990) e a *Constituição* de 1988.

Nos dois documentos é possível verificar aspectos comuns quanto ao papel da família no crescimento e desenvolvimentos de seus filhos, como por exemplo: garantir a escolarização; garantir uma criação voltada para a cidadania e uma vida digna; garantir carinho, proteção e afeto.

No entanto, nem sempre estes papéis são cumpridos à risca em muitas sociedades e muitas vezes as crianças por vários problemas, acabam sofrendo a falta de apoio por parte da família em processo de escolarização e aprendizagem.

A *Declaração de Salamanca* (1994), diz em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no artigo 58:

Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educativas especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade(...)

E continua no artigo 61:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (...) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

Em se tratando de crianças surdas, 90% delas são filhas de pais ouvintes, portanto, essas famílias em sua grande maioria não tiveram experiências com a surdez, no entanto esse quadro vai desencadear sentimentos e atitudes desfavoráveis, acarretando então expectativas muitas vezes irrealistas ao desenvolvimento global e à integração social de seus filhos.

A grande preocupação da família em relação ao filho surdo é a expectativa do desenvolvimento de linguagem oral como instrumento convencional de comunicação em nossa sociedade no dia-a-dia. Mas a fala oral, para a pessoa surda deve ser vista como uma possibilidade e não como uma necessidade.

A orientação às famílias tem importância fundamental na elaboração e modificação de sentimento e atitudes inadequadas, ajudando assim o desenvolvimento global das crianças surdas.

Cada família deverá ser estimulada e automaticamente estimular seu filho a participar de todos os momentos interativos possíveis, estabelecendo uma comunicação que facilite e possibilite esta interação entre pais e filhos, entre família e escola, comunidade surda e ouvinte e com o mundo.

### **O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

A realidade escolar brasileira torna inquestionável, hoje, a afirmação de que a formação adequada do professor e sua atuação junto às crianças e suas famílias são fatores determinantes do padrão de atendimento em qualquer segmento educacional.

O perfil do professor de Educação Infantil deve incluir, portanto, exigências legais da nova LDB, assim como reflexões em torno do papel do adulto na educação infantil.

Assim, torna-se imprescindível estabelecer princípios norteadores, critérios objetivos, orientações precisas e condições que viabilizem a adequada formação dos professores que atuam ou venham atuar na faixa etária de zero a seis anos, com vistas a construir gradativamente esse novo perfil.

O professor de educação Infantil deverá ser um profissional reflexivo, em constante formação, aberto a mudanças e atento às diversidades e pluralidades das crianças.

Pode-se resumir que um bom professor é capaz de:

- participar da elaboração, implantação e avaliação do projeto educativo;
- propiciar e mediar situações de aprendizagens para todas as crianças, zelando pelo seu desenvolvimento pessoal e considerando aspectos éticos e de convívio social;
- investigar o processo educativo e analisar sua prática profissional, isto é, observar, registrar e refletir sobre suas ações e as das crianças;
- promover práticas educativas que levem conta: as características pessoais, etárias, étnicas, religiosas e sócio-culturais das crianças e temas e necessidades do mundo social.
- utilizar diferentes áreas de conhecimento, bem como do desenvolvimento infantil e de didáticas específicas para criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas enriquecedoras para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, etc.

Poderíamos enumerar vários itens, portanto compete às instâncias institucionais, no geral, sejam mais responsáveis e preocupem-se em garantir condições de formação ao professor e que este último tenha compromisso e consciência de que seu trabalho é algo que fará parte da formação de futuros indivíduos participantes de uma sociedade que poderá ser transformada.

A formação de professores para atuar na Educação Infantil deve ocorrer preferencialmente em curso de nível superior. Concomitantemente, ou posteriormente à licenciatura, o professor deve participar de cursos de metodologia do ensino de línguas

(ensino de língua portuguesa nas modalidades oral e escrita); de curso para o aprendizado da língua de sinais em contexto; e de cursos de interpretação da língua de sinais e língua portuguesa. (KRAMER, 1997, P.73)

Compete ao professor que atua, em "escola especial", em "classe especial" ou em "classe comum" do ensino regular, desenvolver o processo ensino-aprendizagem com o aluno surdo, adotando a mesma proposta curricular do ensino regular, com adaptações que possibilitem:

- o acesso ao currículo utilizando sistemas de comunicação alternativos, como a Língua Brasileira de Sinais, a mímica, o desenho, a expressão corporal;
- a utilização de técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação compatíveis com as necessidades do aluno surdo, sem alterar os objetivos da avaliação e o seu conteúdo, como, por exemplo: maior valorização do conteúdo em detrimento da forma da mensagem expressa;
- a supressão de atividades que não possam ser alcançados pelo aluno surdo em razão de sua deficiência, substituindo-as, por outras mais acessíveis, significativas e básicas.

Compete ao professor que atua em "sala de recursos", no "serviço de itinerância" em "classes especiais" ou em "escolas especiais".

- viabilizar a aprendizagem da Língua Portuguesa, em sua modalidade oral e/ou escrita, através das complementações curriculares específicas para os portadores de deficiência auditiva quais sejam: treinamento auditivo, treinamento fono-articulatório/fala, treinamento rítmico e linguagem;
- utilizar e viabilizar a aquisição da Língua de sinais pelo surdo, se isto for a opção dos pais;
- orientar sistematicamente os pais/familiares para o envolvimento no processo educacional;
- colaborar com os professores do ensino regular, orientando-os quanto a estratégias e quanto à avaliação a serem utilizadas com o aluno surdo.

A implantação das políticas educacionais que inclua a todos, requer mudanças, essas mudanças devem resultar de esforços conjuntos de toda a sociedade brasileira.

A formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. A igualdade não é o “normal”: todos somos diferentes.

### **PENSANDO UMA PROPOSTA POSSÍVEL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS SURDAS**

O primeiro passo para a construção da escola possível para crianças e adolescentes surdos, começa antes na Educação Infantil. Começa na família, quando ela percebe que há algo diferente com seu filho, e que esta diferença é a surdez. A partir da constatação de que a criança é surda, muitos sentimentos e mudanças acontecerão na família. Os profissionais procurados neste momento terão um papel importante no rumo destas mudanças e na forma da família olhar esta criança surda.

A compreensão da importância do papel da linguagem para o desenvolvimento do indivíduo, e de que a surdez não impede sua capacidade linguística desde que numa modalidade em que a criança não tenha nenhuma restrição em percebê-la, faz com que a família comece a perceber aquela criança com futuro e, portanto, plenamente humano.

Esta concepção de surdez e da importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento do surdo é vital para o sucesso escolar e profissional futuro, e estará nas mãos dos profissionais que darão as primeiras informações e orientações aos pais, que precisam estar convencidos de sua plausibilidade.

A partir deste ponto, a educação Bilíngue terá início, com a convivência da criança e da família com a comunidade de surdos, e a Língua de Sinais sendo a primeira língua desta criança. Os pais estarão livres para serem pais, criando seu filho como uma criança plena de possibilidades.

Na Educação Infantil, o professor, seja surdo ou ouvinte, desenvolverá suas atividades na Língua de sinais, e a escrita será apresentada como o é para as crianças ouvintes: através de histórias infantis, contadas em Língua de Sinais,

deixando a curiosidade infantil fazer as relações iniciais entre a língua escrita e a de sinais, etc.

À medida que a criança cresce, estas relações serão cada vez mais trabalhadas no sentido de mostrar a diferença entre estas duas línguas, às quais a criança está sendo exposta.

O sentido de se pensar numa escola para crianças surdas na Educação Infantil, é necessário, levar em consideração a aquisição de uma primeira língua que garanta as relações da criança com seus pais, seus irmãos, seus colegas, com o mundo que a cerca, para que uma segunda língua possa ser adquirida posteriormente. (LACERDA, 1998)

A apresentação da língua escrita como uma língua diferente da que as crianças estão acostumadas pelos livros de histórias, sobre o significado das figuras, das palavras e dos textos, construindo significados de acordo com as suas possibilidades.

Da mesma forma, dependendo dos níveis de audição e aptidão para e/ou interesse na fala, algumas crianças falam muito, outras menos, e outras simplesmente não falam. Algumas gostam de usar seus aparelhos, outras

À medida que as crianças se tornam mais independentes na leitura, (isso ocorre mais precisamente na 1ª série), tornam-se capazes de lidar com os textos escritos analisando as igualdades e diferenças entre as duas línguas – a de sinais e o português.

Desde o início – na Educação Infantil -, os textos devem ser elaborados na forma plena da língua, sem necessidade de simplificação ou escolha de vocábulos mais acessíveis, pois está implícita nesta concepção educacional a capacidade linguística das crianças surdas, que, como as ouvintes, só podem ter acesso se esta for exposta na sua forma usual e completa.

Desta forma, as características gramaticais de ambas as línguas são analisadas e estudadas. A concepção fundamental apoia-se na capacidade plena destas crianças, em termos linguísticos, cognitivos, sociais, culturais e subjetivos.

É certo que, toda mudança gera dificuldades, mas quando acreditamos e temos consciência dos ideais a serem conquistados no que diz respeito a educação dos surdos, entendendo esta educação como um processo cultural e linguístico, que forma indivíduos íntegros e atuantes, com valor social que podem vir a integrar à sociedade majoritária dos ouvintes, cremos que: não existe a escola ou a escolha da proposta pedagógica correta mas acreditamos que ela é possível.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que essa pesquisa tenha contribuído para trazer aos leitores uma série de reflexões e considerações sobre a educação de surdos em nosso país. Optou-se por expor as várias vertentes teóricas e práticas mais estudadas atualmente.

As observações feitas fortalecem o argumento da importância e valorização da Língua de Sinais no trabalho educacional com a criança.

A participação intensa do instrutor surdo nas frentes de atuação é imprescindível para um projeto que assuma o direito da criança em ter uma escolarização em que suas possibilidades linguístico-cognitivas sejam concretizadas e que o contato desde cedo na Educação Infantil com as duas línguas (a LIBRAS e o português) contribuam para o favorecimento da construção da identidade da criança surda e o fortalecimento da comunidade e de sua cultura.

Aceitar a Língua de Sinais implica em aceitar a Comunidade Surda e sua cultura que, aos poucos, em nosso país vai se tornando forte e respeitada. Aceitar a diferença, acreditar nas possibilidades da pessoa surda e lutar, junto à ela, pelos direitos de uma minoria linguística.

Deve-se sair da comodidade de usar língua oral e de tentar impingir ao surdo o modelo da maioria. É a hora de deslocarmos o eixo da educação para o aluno surdo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** A fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil – Pós –LDB:** Rumos e Desafios. Autores Associados. UFSCAR, 2001.
- HARRISON, Kathryn M. P. e LODI, Ana Claudia B. e MOURA, Maria Cecília de. **Escolas e Escolhas:** Processo Educacional dos surdos. São Paulo: Roca, 1997.
- KRAMER, Sonia Pereira e CARVALHO, Ana Beatriz. **Com a pré-escola nas mãos** – uma alternativa curricular para educação infantil. São Paulo: Ática, 1997.
- LACERDA, Cristina B. F. De. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, set. 1998, vol. 19, nº 46, p. 68-80.





**doi** <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

**ORGANIZAÇÃO:**  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

Adriana Pereira Santos da Silva  
Alecina do Nascimento Santos  
André Luiz Dias Leite  
Andressa Talita de Lara  
Angelita Aparecida Ferreira Gebin  
Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima Tomás  
Dias dos Santos Gama  
Beatris Maria Mocellin  
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa  
Daniela Proença Verly da Silva  
Dinah Luisa da Silva  
Ester de Paula Oliveira  
Elisangela Santos Reimberg Eduardo  
Josefa Bezerra de Meneses  
Letícia Zuza de Lima Cabral  
Lucimara dos Santos de Barros  
Marcela Rodrigues Pimentel  
Maria Aparecida Armandilha Nunes  
Maria de Fátima Costa Rocha  
Marilena Wackler  
Sidnéa dos Santos Quintino Amorim  
Sidneia Viana  
Sileusa Soares da Silva  
Soraia Mitauy Freitas  
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &  
workflow by  
OJS / PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

